
Entre as médias e pequenas, a dinâmica das cidades sub-regionais na Bahia**Between medium and small, the dynamics of sub-regional cities in Bahia****Entre medias y pequeñas, la dinámica de las ciudades subregionales de Bahia**Janio Santos¹ <https://orcid.org/0000-0003-0730-1271>

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, Bahia-Brasil. E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Recebido em: 20/01/2022

Aceito para publicação em: 18/04/2022

Resumo

O texto avalia as características e papéis das chamadas cidades sub-regionais, aquelas que transitam entre pequenas (que não apresentam funções regionais) e as médias (que se articulam a lógicas escalares mais amplas). Na Bahia, há várias cidades sub-regionais e face às políticas de descentralização/desconcentração econômicas e administrativas elas adquiriram novos papéis ao receber estabelecimentos estatais de gestão regional. Em certos casos, sediam filiais de empresas, empreendimentos imobiliários, etc. Espera-se com este artigo permitir novos olhares sobre tais cidades existentes na Bahia e, certamente, em outras partes do Brasil, para avançar na elaboração de um conceito ou mesmo noção que permita melhor compreender os seus traços, lógicas e articulações, o que, conseqüentemente, evitaria, do nosso ponto de vista, generalizações incorretas.

Palavras-chave: Rede urbana; Cidade sub-regional; Bahia; Urbanização

Abstract

The purpose of this article is to analyze the characteristics in the urban network of sub-regional cities, which are located between small (which do not have regional functions) and medium (which are articulated on larger scales). In Bahia, there are some cities in this group. Due to the policies of economic and administrative decentralization and deconcentration, these cities acquired new functions, when receiving state establishments of regional management. In certain cases, they have branches of companies, real estate products, etc. It is expected with this text new analyzes about these existing cities in Bahia and Brazil to advance in the elaboration of a concept or even a notion that allows a better understanding of its features, logics and articulations to avoid, from our point of view, incorrect generalizations.

Keywords: Urban network; Sub-regional cities; Bahia; Urbanization.

Resumen

El propósito de este artículo es analizar las características en la red urbana de las ciudades subregionales, que se ubican entre pequeñas (que no tienen funciones regionales) y medias (que se articulan en escalas mayores). En Bahía, hay algunas ciudades en este grupo. Debido a las políticas de descentralización y desconcentración económica y administrativa, estas ciudades adquirieron nuevas funciones, al recibir establecimientos estatales de gestión regional. En determinados casos, cuentan con sucursales de empresas, productos inmobiliarios, etc. Se espera con este texto nuevos análisis sobre estas ciudades existentes en Bahía y Brasil para avanzar en la elaboración de un concepto o incluso una noción que permita una mejor comprensión de sus rasgos, lógicas y articulaciones para evitar, desde nuestro punto de vista, errores generalizaciones

Palabras clave: Red urbana, Ciudades subregionales, Bahia, Urbanización.

Introdução

Desde que Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia iniciou seus estudos sobre as cidades baianas, parte dessas revelou-se uma incógnita, no sentido de permitir reflexões teóricas que fossem capazes de tornar mais compreensíveis seus papéis. Por sinal, encontrar uma denominação capaz de diferenciá-las no domínio das interações escalares² foi, talvez, o primeiro entrave. Isso porque há mais de 15 anos levanta-se a seguinte dúvida: como definir cidades cujos papéis na rede urbana transitam claramente entre pequenas, as que não apresentam funções regionais, chamadas por Santos (2005) como cidades locais, e as médias, que se articulam as lógicas escalares mais amplas?

Ao consultar alguns estudos sobre tais cidades, muitos autores as tratam ora como pequenas ora como médias, isso sem preocupações conceituais ou pesquisas empíricas apuradas. Também prevalece o fato de que o grupo dos autores que se dedica, no Brasil, às investigações das cidades médias praticamente as ignora e/ou as tratam como pequenas, sem escrutínios mais acurados das características que as mesmas apresentam. Há ainda os que simplesmente assumem definições institucionais adotadas, por exemplo, pelo IBGE, em estudos como Regiões de Influência das Cidades (REGIC), e tratam tais cidades como

² “[...] um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 1997, p. 279)

centros de zona, centros sub-regionais, etc., o que, obviamente, reduz o debate apenas à inserção na rede hierárquica.

Análises feitas até o momento possibilitaram ao Grupo de Pesquisa considerar a necessidade de pensar tais cidades, seus papéis e características, numa tentativa de dirimir algumas dúvidas e orientar pesquisas realizadas sobre a Bahia, mas que podem ser ampliadas para outras realidades. Igualmente, avançar na elaboração de um conceito ou noção que melhor compreenda os traços, as lógicas e as articulações de tais cidades, o que, conseqüentemente, evitaria, do nosso ponto de vista, generalizações incorretas.

Assim, assumiu-se o enfrentamento para encontrar uma denominação coerente a fim de definir tal categoria de cidade e algumas ideias foram amadurecidas durante esses anos. De início, pensou-se que seriam *cidades pequenas com articulações regionais*, porque se entendia que não se tratavam de cidades médias, mas, aparentemente, de cidades pequenas, contudo, cujos traços não correspondiam apenas às relações mais locais. Todavia, o termo soou inapropriado. Posteriormente, considerou-se a expressão *cidades regionais*, a qual, inclusive, possui certa trajetória em estudos urbanos no Brasil e no mundo, isso porque tais cidades, igualmente as médias, possuem papéis de intermediação, entretanto, mais relacionados ao contexto regional no qual estão inseridas. Esse termo também gerou dúvidas, seja porque é demasiado genérico; seja por ocultar que a escala regional é fluída e permite pensar cidades bem diferentes, como médias, grandes e mesmo metrópoles, como será evidenciado *a posteriori*.

Longe de querer esgotar essas dúvidas e após amplos debates, adotou-se o termo *cidades sub-regionais*, o qual sustenta o objetivo central deste artigo, que é pensar as características e os papéis na rede urbana de cidades que estão entremeadas entre as pequenas e médias. No contexto da Bahia, diferente das médias, há várias cidades que podem ser pensadas nesse grupo. Inclusive, face às políticas de descentralização e de desconcentração econômicas e administrativas, as *cidades sub-regionais* adquiriram novos papéis, ao receber estabelecimentos de gestão regional; em certos casos, sediarem filiais de empresas multinacionais; novos empreendimentos imobiliários, etc. E espera-se com estas

reflexões permitir novos olhares sobre esse grupo de cidades.

O texto é principiado pela apresentação de noções gerais acerca das cidades regionais e sub-regionais e, *a posteriori*, são feitas reflexões sobre suas características mais gerais referentes ao Estado da Bahia.

Cidade sub-regional: papéis e dinâmicas na rede urbana

Para estruturar elementos que subsidiem a noção de cidade sub-regional, cabe de início observar que o termo *regional*, por derivar do verbete região, contem em si aplicações polissêmicas na Geografia, como em outras ciências. Nomeadamente, a escala regional estratifica-se em múltiplas possibilidades, pois se é comum correspondê-la a um conjunto de cinco ou seis municípios, também o são a área polarizada com 50 municípios ou por metrópoles regionais e nacionais, o Nordeste do Brasil, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE). Portanto, delimitar precisamente de qual *regional* se trata não é algo simples. Disso exposto, não é incomum encontrá-lo associado a superlativos, como *macro* ou *meso*, ou prefixos, como *sub*.

Haesbaert (2005, 2007) ressalta essa polissemia e demonstra como o termo região foi tratado ante à edificação do pensamento geográfico. O autor aponta que tal conceito nasceu múltiplo, em especial no trato das escalas de análise, e revela o modo como ele subsidiou bases para criação de sub-ramos nas ciências, como a Geografia Regional e Economia Regional, bem como orientou políticas e projetos de planejamento territorial em várias partes do mundo. Percebe-se, assim, que a adjetivação das cidades como regionais absorve essa relativa imprecisão, especialmente em relação à escala.

Talvez pelo sobredito encontram-se na literatura associações à ideia de cidade regional como respectiva as metrópoles (de tamanhos variados), cidades médias e cidades pequenas (que aparentemente desempenham algum tipo de função mais ampla que a local). A título de exemplos, Soja (2000 p. 16) afirma que “[...]”Indeed, there has always been a tendency for regional city to revolve around a single dominant urbe core, the

'capital' or mother-city of the metropolitan region³”; Santos e Silveira (2001 p. 283), ao tratar das cidades médias, sopesam a ideia da “*cidade regional*, relé político subordinado”; encontram-se ainda ligações a cidades profundamente diferentes, tais como Pau dos Ferros (PESSOA, GOMES, 2017), no Rio Grande do Norte; Honk Kong (TIAN, JIM, TOA, 2012); Estocolmo, Suécia, e Helsinque, Finlândia (SÖDERSTRÖM, SCHULMAN, RISTIMÄKI, 2015); Ballarat (MILLER *et al*, 2012), na Austrália, etc. Portanto, o ponto inicial para pensar as cidades adjetivadas como *regionais* talvez parta da reflexão sobre qual dimensão tal região compreende e isso é pouquíssimo abordado.

O termo cidade regional também não é recente nos estudos urbanos. La Blache (1910), no início do século XX, já falava dessa cidade como ponto nodal (*nodalité*). Para Geddes (1915), a região era uma escala essencial de análise que permitia estudar o meio ambiente e a cultura, e a cidade regional tida como arquétipo, síntese de diversas atividades fundamentais, isso em diferentes ambientes naturais, cuja divisão do trabalho era alternativa relevante ante às lógicas visíveis nas capitais.

Todavia, foi na década de 1920 que um grupo de arquitetos, planejadores e ativistas sociais, dentre os quais destacavam-se Lewis Mumford, Clarence Stein, Henry Wreihit e Benton MacKaye, fundaram a *Regional Planning Association of America* (RPAA), marco para sistematização das ideias sobre o planejamento regional no mundo. Nesse grupo, o tema cidade regional adquiriu certa centralidade (CALTHORPE, FULTON, 2001). Numa de suas obras, Mumford (1938, p. 238) afirma que “Whereas the agricultural base of the village is the local fields, and the base of the regional city is the local region”⁴ e demonstra as transformações pelas quais a sociedade mundial passava no contexto das duas grandes guerras e da crise de 1929 e dá ênfase ao descompasso existente entre a chegada de novas tecnologias (à época), como carros, telefones, energia elétrica, etc., e as estruturas nas quais estavam assentadas as cidades. Portanto, o planejamento, pensado na escala regional,

³Tradução nossa: “De fato, sempre houve tendência para a cidade regional girar em torno de um único núcleo dominante de urbe, a 'capital' ou cidade-mãe da região metropolitana”

⁴Tradução nossa: “Ao considerar que a base agrícola da aldeia são os campos locais, a base da cidade regional é a região imediata”.

incluía a cidade como possibilidade de constituição de um novo patamar para pensar a sociedade, e vários outros estudos foram desenvolvidos face às ideias da RPAA.

No caso brasileiro, discussões sobre as cidades regionais surgiram concomitante ao fortalecimento do planejamento regional, entre as décadas de 1950 e 1960. Em termos teóricos, Corrêa (1967, p. 100), em texto pioneiro, aborda a relação entre cidade e o termo regional. Para o autor, “[...] a região é uma unidade com um único centro que organiza a vida regional, e assim, apenas êsse centro deve ser qualificado por expressão da qual faz parte o termo regional”. Ou seja, mantém-se o elo que unifica a cidade à escala da região no sentido mais imediato, de sua hinterlândia, associado ou não ao espaço metropolitano.

No final da década de 1970, Santos (2004 p., 311) sinalizou mudanças nas características da rede urbana e afirma que “[...] no atual período tecnológico, a *cidade regional*, chamada ainda de cidade ‘média’, torna-se cidade intermediária. Seu poder de comando e sua influência sobre a região diminuem e ela se torna, cada vez mais, um relé da metrópole”. O autor assinala os efeitos provocados pelas alterações no/do meio técnico-científico informacional na dinâmica de algumas cidades não-metropolitanas

Na literatura internacional e no Brasil, pelas ideias incutidas por Santos (2004), ainda que nem sempre assim sejam usadas, convencionou-se que a cidade regional se associou as abordagens que, posteriormente, subsidiaram os estudos das cidades médias. É comum haver a vínculo entre os termos cidade média e cidade regional no Brasil, ainda que a primeira seja tratada teoricamente em função dos novos papéis, lógicas e relações que não se circunscrevem, de modo exclusivo e prevalente, à escala da região (SPOSITO, 2001). É como se o conceito de cidade regional tivesse “evoluído” para estudar a cidade média. Talvez por isso, se faça referência muito mais a segunda do que a primeira, ainda que não haja dúvida que as ideias atinentes à cidade regional sejam parte integrante e condição essencial para compreender uma cidade média.

As próprias mudanças engendradas pela globalização, em particular, os avanços tecnológicos, contribuíram para consolidar tal modificação. A área e a rede regionais de influência de uma cidade são cada vez mais determinadas por relações e fluxos que se

articulam em novas escalas e dimensões, o que denota a constituição maior de verticalidades, horizontalidades e transversalidades na consignação de papéis regionais. Certamente por isso, Silveira (1999, p. 71, grifo da autora) questiona: “Qual o papel da cidade regional diante dos progressos técnicos que cooperam para aumentar a *hinterland* da metrópole e atingir os lugares longínquos em tempo real?”.

Calthorpe e Fulton (2001) apresentam a cidade regional como algo muito mais próximo do conceito de *cidade-região*, trabalhado por Scott *et al* (2001), e sugerem que há padrões espaciais atinentes a arranjos compostos por muitos centros, que conformam “constelações”. O termo faz referência à expansão urbana que ocorreu no final do século XX nos Estados Unidos, em função de novas lógicas imobiliárias, as quais subjazem arquétipos da busca de qualidade de vida e segurança, fora dos grandes centros, e redefiniram amplas glebas de terras circunvizinhas às metrópoles em que as áreas naturais estavam nos interstícios do vasto espaço construído. Para os autores, isso eclipsou configurações do tipo hierárquicas e/ou fundamentadas em modelos de cidades antigas. Parece claro, entretanto, que não é desse tipo de cidade regional que o texto ora apresentado analisa.

As relações desenvolvidas pela cidade no contexto regional constituem-se como variável significativa e diversos princípios norteiam a compreensão dessas relações. Dentre esses, é fecunda: a detecção da *situação geográfica*, que versa sobre a inserção da cidade na rede urbana ou unidade político-administrativa, e inclui *a distância em relação a aglomerados urbanos* que apresentam nível hierárquico superior; *o raio máximo de ação*, que indica sua capacidade de atração e associa-se à disponibilidade de serviços e atividades de produção; e *o nível de especialização* dos serviços e atividades produtivas, pois, quanto mais especializados forem, maior será a capacidade da cidade exercer papel como centro regional, mediante a correlação das demais variáveis (SANTOS, 2019).

O debate sobre o papel de uma cidade na rede urbana, fundamentado no seu raio de ação e especialização, tem expressão na Teoria das Localidades Centrais, de 1933, proposta por Walter Christaller (1966). Seus postulados buscavam explicar a influência

que os centros urbanos com maior oferta de produtos e serviços exerciam sobre os centros menores. Apesar da importância dessas reflexões, difundidas em vasta bibliografia e objeto de aplicação metodológica em inúmeras pesquisas, a compreensão da ordem hierárquica deve ser investigada cuidadosamente na atualidade, em função das rupturas e descontinuidades que as transformações tecnológicas ocasionaram. Ou seja, cidades pequenas podem estabelecer relações diretas de consumo e/ou serviços com grandes centros mundiais, sem necessariamente depender dos centros cuja ordem hierárquica é imediatamente superior; da mesma forma, uma cidade média pode atrair consumidores de uma metrópole regional ou nacional, o que Catelan (2013) trabalha como heterarquia urbana. Contudo, isso não quer dizer que a ordem hierárquica simplesmente deixou de existir, mas que outras lógicas a essa estão superpostas e constituíram novas complexidades às articulações que ocorrem na rede urbana.

Portanto, é consenso que, quando se fala de cidade regional, os pressupostos dos relacionam-se a padrão demográfico, raio de influência, nível de especialização e capacidade de comando de uma dada cidade em sua hinterlândia. Parte dessas noções aparece sutilmente contida nas ideias de Bessa (2007, p. 145), ao mencionar que Uberlândia tem “capacidade de organização e direção da vida regional”; Sposito (2001, p. 590), ao apontar que o “parâmetro funcional possui o privilégio, ou seja, já possui uma função de relações que a favorece”; e Santos (1988, p. 89-90), quando afirma que essas “são os lugares onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados”. E todos, de diferente modo, fazem referência ao termo cidade regional.

Ao observar como estão postas as ideias e as mudanças que ocorreram na urbanização, nota-se que um número grande de cidades, nas últimas décadas, incorporou vários aspectos dessa mesma natureza. De um lado, a globalização ampliou as escalas de atuação das empresas e corporações; de outro, componentes técnicos espraiam-se velozmente pelo território, por meio da implantação de fixos, fluxos e malhas que são condutores de novas possibilidades de articulação entre os lugares, em escalas diferentes. E ainda que nem todas possam ser generalizadas como médias, também não podem ser

tratadas como cidades pequenas, já que apresentam claras diferenças em relação a essas; o que, ao contrário, mais as afastam das características das pequenas e as aproximam de dinâmicas verificadas nas médias. Então, como pensar essas cidades que “se situam” entre as médias e pequenas na rede urbana?

Desde a difusão das ideias de Christaller (1966), repousa nos estudos urbanos um modo de estruturar o papel das cidades em torno das suas diferentes grandezas, cuja acepção se daria pelo grau de especialização dos produtos e serviços. No Brasil, decerto que a maior expressão de modo de pensar essa inserção na rede urbana traduz-se pela série de estudos sobre a área/região de influência das cidades, a REGIC, desenvolvida pelo IBGE em 1966, 1978, 1993, 2007 e 2018 (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008, 2020).

Na obra de 1966, são centros regionais os “[...] que se ligam diretamente ao nível 1 e se destacam na distribuição de bens e serviços à economia” e sub-regionais os que “[...] subordinam-se aos centros de nível 2 (centros regionais) ou se vinculam diretamente às metrópoles” (IBGE, 1972, p 15-16). Em 1978, ao partir ainda da oferta de bens e serviços, separou-se determinadas cidades em capitais regionais e centros sub-regionais. Em 1993, com metodologia mais fluída, comparou-se os centros brasileiros de acordo com a *força*, que varia entre o máximo e o muito fraco, cujos *fortes para médios* foram predominantemente considerados centros sub-regionais e os *médios* tendiam a centros sub-regionais. Em 2007, a base foi a capacidade de gestão, e enquanto considerou-se que as capitais regionais “se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles”, os centros sub-regionais eram aqueles “com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial” (IBGE, 2008, p 11). Em 2018, sobre os centros sub-regionais, observou-se que esses “[...] possuem atividades de gestão menos complexas [...], com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais” (IBGE, 2020, p. 13), princípios similares à REGIC de 2007.

Tais como os dados demográficos, os resultados do REGIC, por si, dizem muito pouco acerca das bases para constituir elementos teóricos que definam, na atualidade, o

lugar que ocupa as cidades na rede urbana. Todavia, em cada época, eles permitem avaliar pressupostos que são cruciais para perceber o quão heterogêneo são os papéis exercidos pelas mesmas no Brasil e o quão é engessada a opção por manter tipologias rígidas, isso quando destinadas a entender diferentes cidades. E foi assim que o termo cidade sub-regional surgiu, em meio às inquietações arroladas pelas inúmeras pesquisas feitas até o momento pelo Grupo.

Verbetes de origem latim, o prefixo *sub*, ainda que não seja um termo autônomo, possui propriedade para atribuir valor semântico a determinadas palavras. Nem sempre está associado a algo inferior, como *sub-humano*, já que pode denotar subordinação, como *subcontratado*; parte de um todo, como *subcontinente*; um espaço menor, *subáreas*; ou embaixo, *sublingual* (TAVARES, 2008). Do que interessa a este texto, o termo sub-regional remete-se as escalas menores que a definida como regional e isso parece relevante para pensar certas cidades, de modo frequente confundidas como médias ou pequenas.

Porém, essa ideia não é nova. Corrêa (1967, p. 100) observou que “[...] as diversas partes que integram a região, as sub-regiões, possuem como cidades mais importantes os centros de sub-região” e ao fazer referência à Bauru levanta a seguinte dúvida: “é uma verdadeira região ou uma sub-região integrada à região de São Paulo? [...] essa cidade será classificada por expressão que incluirá o termo regional, ou então, será um centro de sub-região?”. O autor já percebia escalas diferentes que consistem na análise das cidades que desempenhavam papéis regionais.

Roma (2008) também percebeu que havia um hiato entre as cidades locais e as médias e opta por trabalhar determinadas cidades como sub-regionais. Ao partir das ideias de Santos (2005), a autora define que essas envolvem as

[...] localidades com um nível funcional acima dos encontrados na cidade local, possuindo equipamentos e serviços que geram centralidade em relação à sua hinterlândia, mas, ao mesmo tempo, a população dessas cidades necessita deslocar-se a outras cidades para suprir as demandas ainda mais diversificadas e especializadas (ROMA, 2008, p 29-30).

Mas não apenas isso. São assaz claras as diferenças demográficas, o alcance

regional, a situação e a nível de comando que as cidades sub-regionais apresentam, como também revelam especificidades no que tange à dimensão territorial e à estruturação do espaço intraurbano, aspectos últimos que, todavia, não serão objeto de apreciação neste texto.

Diretamente relacionados à unidade territorial da qual as cidades sub-regionais fazem partes, em geral, os padrões demográficos são baixos, todavia suficientes para atrair equipamentos urbanos de gestão estatal mais elementares. Nas últimas décadas, também em função dos estratagemas usados pelas empresas, a exemplo, por meio da abertura de franquias, para expandir seu mercado consumidor, o potencial demográfico favorece à implantação de filiais de certas redes regionais, nacionais ou globais, como as pertencentes à empreendedores residentes nas cidades médias, ainda que de modo bastante relativo. Por isso que as cidades sub-regionais tiveram ampliados seu raio de atração e grau de especialização das atividades terciárias, o que faz criar centralidades menores em escala regional com a área circunvizinha.

De modo prevalente, as cidades sub-regionais situam-se na área de comando da cidade média, a qual drena parte de sua renda. Todavia, com uma especificidade, pois, diferente das médias, que tendem a ter baixa interação espacial entre si na unidade político-administrativa, as cidades sub-regionais apresentam maior complementariedade umas com as outras, notadamente no âmbito do setor terciário e das práticas cotidianas, o que permite trocas e cooperações relativas a produtos oriundos de feiras itinerantes, ao comércio e aos serviços.

As maiores interações espaciais das cidades sub-regionais, como as centradas em lógicas que repousam na contiguidade espacial, ocorrem com as cidades médias sob as quais são subjugadas. Entretanto, mesmo que em intensidade relativamente menor, os seus elos com escalas mais amplas se realizam, por meio de lógicas descontínuas, como também há presença de componentes e densidades técnicas, os quais permitem intermediações com outras cidades posicionadas em estratos hierarquicamente superiores da rede urbana, que não as cidades médias ou metrópoles as quais estão

administrativamente articuladas. É o que observou Sposito (2010, p 52) ao tratar de modo mais amplo sobre as cidades na rede urbana:

[...] relações entre cidades de uma rede urbana, ainda que pequenas [ou sub-regionais], podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portes, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior à das cidades pequenas ou médias

Parece claro que a diversidade da rede urbana, em um país continental como o Brasil, não permite engessar, sem, contudo, comprometer a capacidade explicativa que esse ou aquele conceito/noção possui. Com a exclusão das metrópoles e grandes áreas urbanas, quando o tema é refletir sobre os papéis que as cidades brasileiras exercem, um aspecto recorrente a ser ressaltado é, de fato, a impossibilidade de se pensar que todas devem ser envolvidas em “camisas de força” que as colocam, exclusivamente, entre as categorias de cidade média ou pequena.

Como dito, após anos de coleta de dados e discussões, chegou-se à conclusão de que é necessário e fundamental encontrar um caminho explicativo melhor elaborado e condizente com o real para compreender as tipologias de cidades que possuem características um tanto quanto híbridas em relação ao que, no Brasil, convencionou-se denominar cidades médias ou pequenas. Isso permite, por um lado, fugir da tendência à homogeneização, a qual não consegue explicar realidades extemporâneas as comumente encontradas na rede urbana brasileira, e, por outro, descobrir caminhos teórico-metodológicos que deem conta de esclarecer a multiplicidades de formas de interações escalares entre as cidades, bem como os papéis que cada uma delas exerce.

Portanto, alguns norteadores podem ser usados, ao menos, para diferenciar as cidades sub-regionais das cidades médias e pequenas. Afora peculiaridades no porte demográfico e características do espaço intraurbano, em primeiro lugar, além de *colonizadas* pelas médias, não estão inseridas em áreas metropolitanas; em segundo, por sua menor complexidade em relação às maiores, dependem assaz das cidades médias e, na maioria dos casos, apresentam relações de complementariedade entre si e com o campo; e

articulações diretas, ainda que mais elementares, com áreas urbanas de grande porte ou metrópoles; e para finalizar, diferenciam-se das cidades pequenas porque polarizam áreas que estão além das imediações e limites municipais, o que, envolve, a depender do caso, conjuntos que variam de poucos a vários municípios pequenos.

A diversidade das cidades sub-regionais na Bahia

Ao analisar os casos baianos, são verificadas expressões diferentes de cidades que podem ser pensadas na categoria das sub-regionais, em primeiro plano, tanto no que diz respeito aos padrões demográficos, quanto aos papéis exercidos em suas regiões de influência. Sobre o porte, foi encontrada uma diversidade de cidades cujos dados das sedes municipais, para 2010, variavam entre 20.000 e um pouco mais que 100.000 habitantes, conforme Tabela 1. Claro que há assimetrias entre Jequié, com 136.470 habitantes, e Seabra, com 19.535, o que faz com que sejam notadas diferenciações intra e interurbanas (Mapa 1).

Tabela 1- População Total, Rural, Urbana e da cidade, Taxa de urbanização e percentual da população na cidade, por cidade, Bahia, 2010

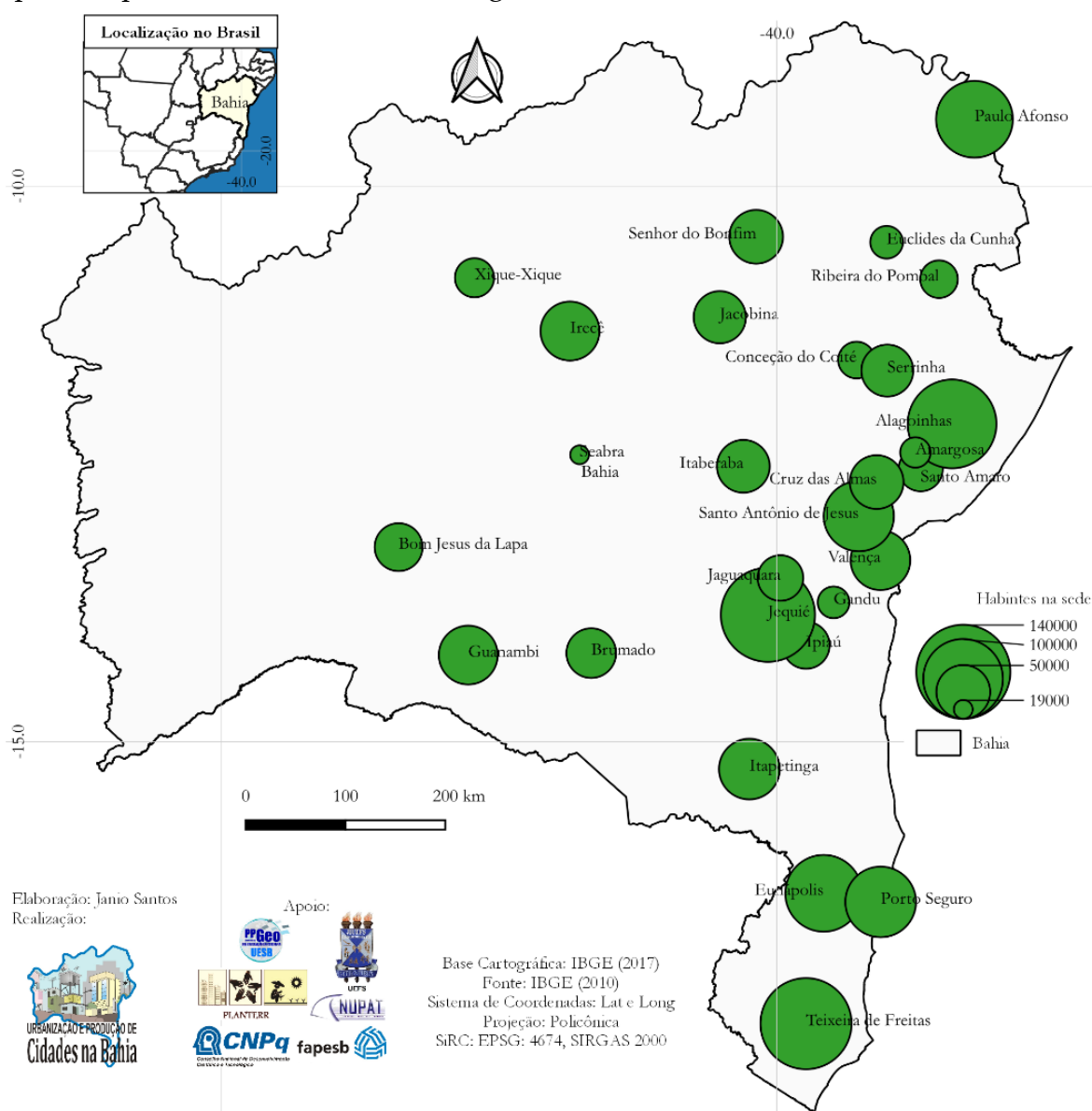
Municípios	Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização	Cidades (Sede)	% Cidades
Jequié	151.895	139.426	12.469	91,79	136.470	89,84
Teixeira de Freitas	138.341	129.263	9.078	93,44	128.482	92,87
Alagoinhas	141.949	124.042	17.907	87,38	122.281	86,14
Eunápolis	100.196	93.413	6.783	93,23	93.413	93,23
Paulo Afonso	108.396	93.404	14.992	86,17	93.404	86,17
Porto Seguro	126.929	104.078	22.851	82,00	80.267	63,24
Santo Antônio de Jesus	90.985	79.299	11.686	87,16	79.299	87,16
Itapetinga	68.273	66.276	1.997	97,07	61.403	89,94
Valença	88.673	64.368	24.305	72,59	59.476	67,07
Irecê	66.181	61.019	5.162	92,20	58.350	88,17
Guanambi	78.833	62.565	16.268	79,36	58.111	73,71
Senhor do Bonfim	74.419	57.566	16.853	77,35	49.975	67,15
Cruz das Almas	58.606	49.885	8.721	85,12	49.885	85,12
Itaberaba	61.631	48.485	13.146	78,67	48.485	78,67
Jacobina	79.247	55.868	23.379	70,50	47.587	60,05
Serrinha	76.762	47.188	29.574	61,47	47.188	61,47
Brumado	64.602	45.131	19.471	69,86	43.955	68,04

SANTOS, J.

Bom Jesus da Lapa	63.480	43.099	20.381	67,89	41.555	65,46
Ipiaú	44.390	40.384	4.006	90,98	40.384	90,98
Santo Amaro	57.800	44.766	13.034	77,45	36.844	63,74
Xique-Xique	45.536	32.541	12.995	71,46	31.302	68,74
Ribeira do Pombal	47.518	29.756	17.762	62,62	29.756	62,62
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762	58,48	28.936	46,64
Jaguaquara	51.011	38.850	12.161	76,16	28.786	56,43
Euclides da Cunha	56.289	27.416	28.873	48,71	25.515	45,33
Gandu	30.336	24.848	5.488	81,91	24.848	81,91
Amargosa	34.351	24.891	9.460	72,46	23.894	69,56
Seabra	41.798	20.277	21.521	48,51	19.535	46,74

Fonte: IBGE (2020)

Mapa 1- População das Cidades Sub-regionais, Bahia, 2010



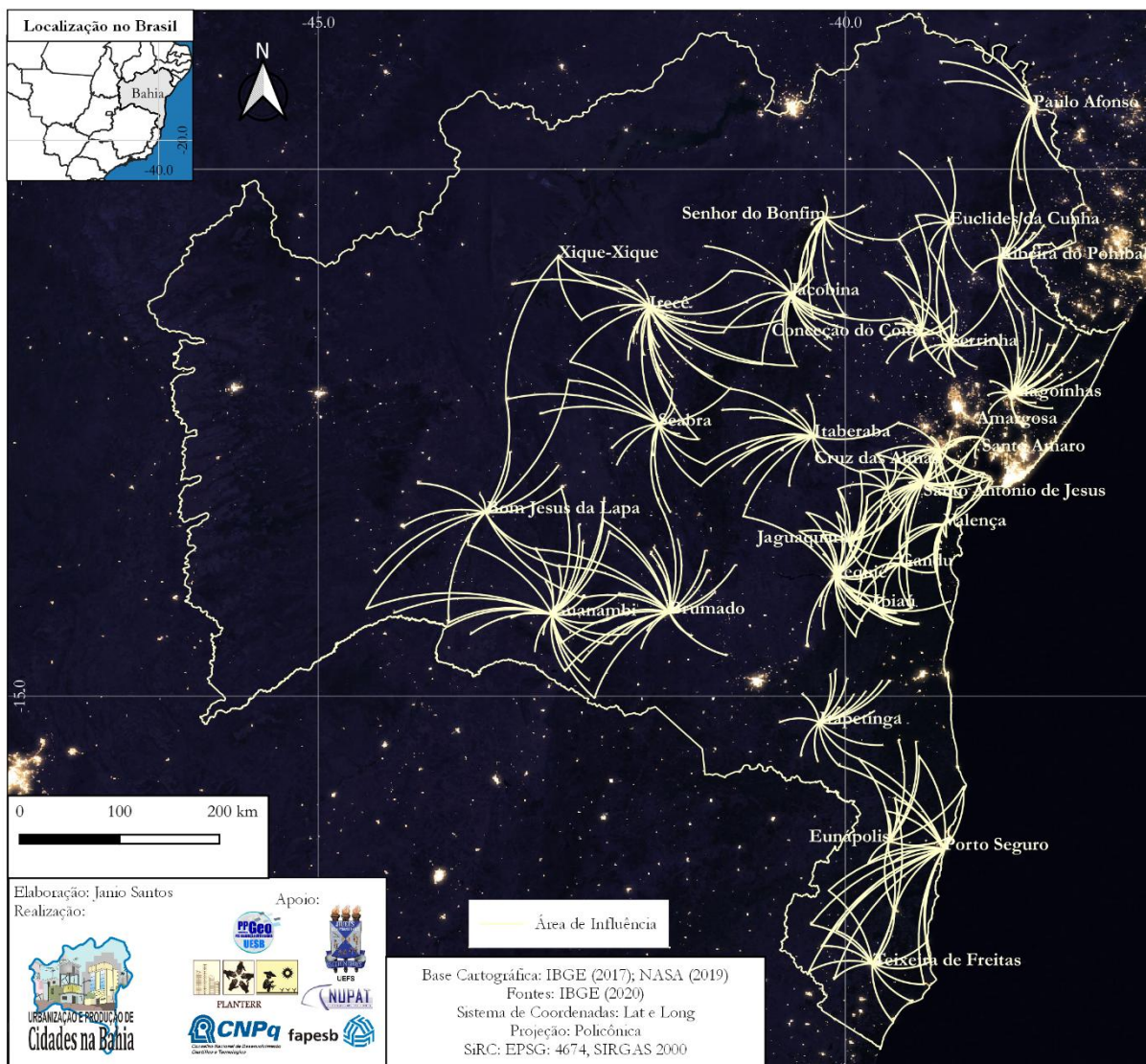
Fonte: Elaborado por Santos (2020)

Como os dados por si só dizem muito pouco, Poções, Rio Real, Luís Eduardo Magalhães, dentre outras, precisaram ser excluídas, pois, apesar do porte demográfico e dos papéis econômicos, não apresentaram características que revelem funções regionais amplas, junto às suas hinterlândias. Independente do grau de modernização atinente a alguns deles, são pequenos municípios com um ou outro serviço e/ou estabelecimento comercial não existente em cidades menores situadas ao seu redor, mas que, porém, não configuram centralidade regional mais premente. Anda assim, Itamaraju, Santa Maria da Vitória, Caetité e Capim Grosso, mesmo que não constem nesse rol, deixam dúvidas para avaliações futuras de suas pertinências (ou não) como cidades sub-regionais.

Como dito alhures, o termo sub-regional, desde a década de 1960, por meio da REGIC, é usado pelo IBGE para classificar determinadas cidades. Inclusive, na pesquisa de 2018, foram definidos novos centros na Bahia que possuem atividades de gestão menos complexas e área de atuação mais reduzida, em relação às cidades médias (IBGE, 2018). Todavia, isso se alterna com frequência, o que prova a dinamicidade do papel regional de cada cidade e as mudanças que nela ocorrem ao longo do tempo.

Em 1966, as cidades de portes intermediários ficaram classificadas entre a 2ª e a 4ª, sendo a subdivisão “a” voltada as que apresentavam alguma centralidade. Em 1978, aumentou o número de cidades com níveis de centralidade maiores que os elementares. De 1993 a 2018, houve novas mudanças na rede de cidades sub-regionais. Em 1993, algumas foram colocadas em níveis intermediários (“médio” e “médio-fraco”), com registro do fortalecimento e da importância. Todavia, em 2007, foi novamente ampliado o número de cidades com centralidade mais elevada na Bahia, o que se manteve para 2018 (Mapa 2). Se houve a emergência de novos centros, tidos como cidades pequenas, mas com polarização maior que a esfera local, a perda da centralidade de outros também ocorreu, como em edições anteriores (IBGE, 1972, 1987, 2000, 2008, 2020).

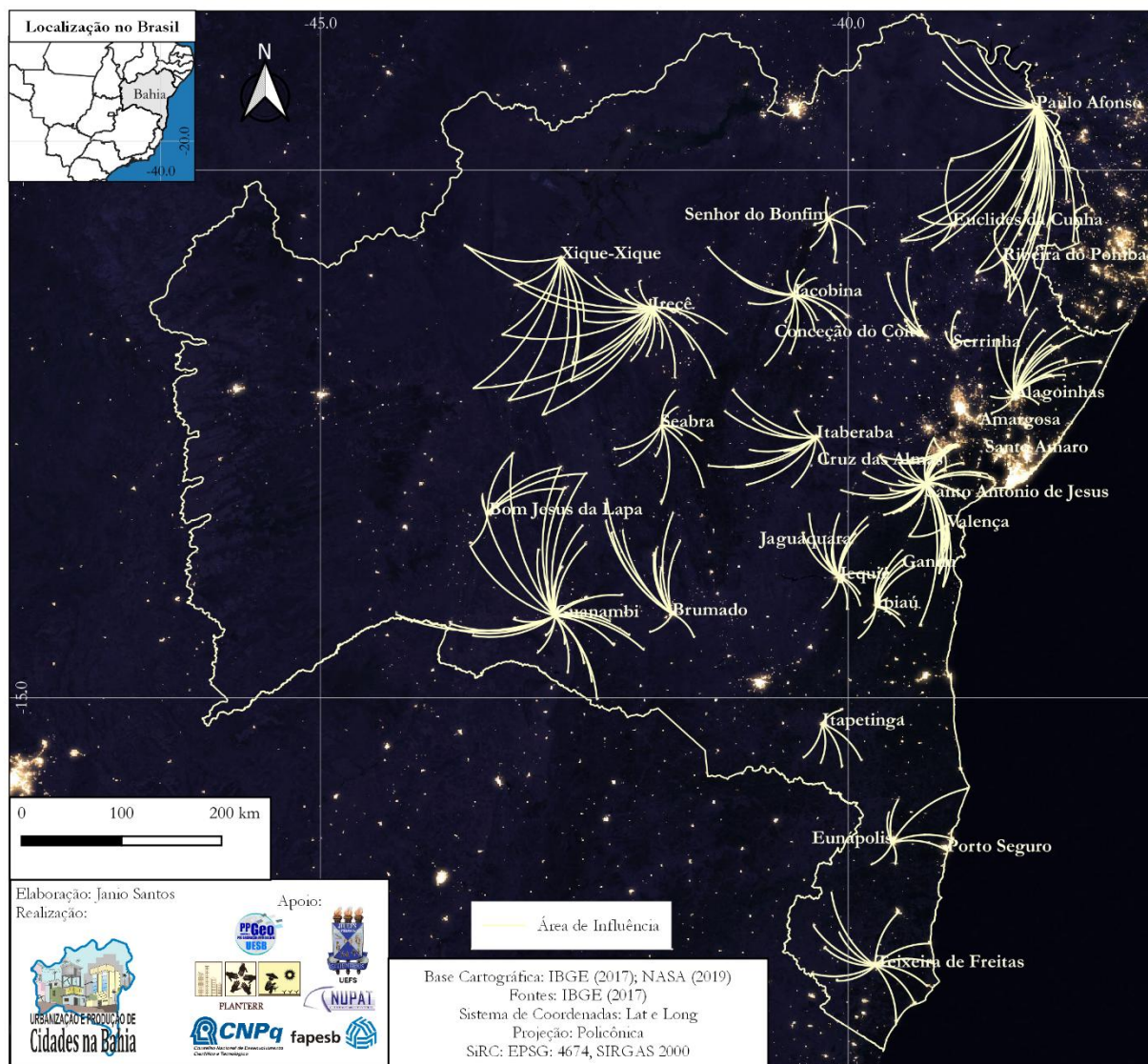
Mapa 2- Área de Influência das cidades Sub-regionais, segundo REGIC, Bahia, 2018



Fonte: elaborado por Santos (2020) com base nos dados do IBGE.

Em recente publicação sobre organização regional do país para fins estatísticos, o IBGE subdividiu as unidades federativas em dois grupos: regiões geográficas imediatas e intermediárias. Para a análise das cidades sub-regionais, cabe perceber que certos centros evidenciaram alguma polarização, porque oferecem especialidades de serviços e nicho de consumo, em determinados casos, inclusive, com presença de interações em escalas amplas, tais quais algumas cidades médias (SANTOS, 2019). Assim, foram definidas como regiões intermediárias, em que a área polarizada é mais ampla, Guanambi, Paulo Afonso, Irecê e Santo Antônio de Jesus (IBGE, 2017), isso somadas a mais 24 cidades definidas como regiões imediatas (Mapa 3)

Mapa 3- Área de Influência das cidades Sub-Regionais, segundo Regiões Imediatas e Intermediárias, Bahia, 2017



Fonte: elaborado por Santos (2020) com base nos dados do IBGE.

Ainda que se ressalte que foram usadas metodologias diferentes, também no caso das cidades sub-regionais os estudos da REGIC revelam tanto centralidades regionais, em alguns casos, fortes, quanto, entre 1966 e 2017, alterações na definição daquelas que aparecem em níveis mais altos da hierarquia proposta. Todavia, ajudam a observar que tais cidades não se estruturam e se definem exclusivamente pelo espaço local.

Ao voltar a tratar da dinâmica demográfica, nota-se que o crescimento geométrico anual da população urbana nesses municípios deu-se da seguinte forma: entre 1940 e 1980, tendência a taxas mais altas na maioria, com valores superiores a 4% e 5% ao ano, e

com casos excepcionais superiores a 10%; entretando, nas áreas sujeitas a modernização da agricultura, tal lógica prevaleceu entre 1980 e 2000 (Tabela 2). Porém, em sintonia com o que ocorre no Brasil, na maioria dos municípios, a partir de 1991, ocorreu redução na taxa de crescimento geométrico anual da população urbana.

Tabela 2- Taxa de Crescimento Geométrico Anual da população urbana, por cidade, Bahia, 1940-2010

Cidade Sub-regional	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Alagoinhas	4,80	6,04	3,44	3,60	2,29	1,38	1,00
Amargosa	1,27	6,23	-2,43	3,53	2,62	3,13	1,77
Bom Jesus da Lapa	7,40	2,57	7,19	4,97	4,55	1,71	0,97
Brumado	11,17	8,88	8,05	4,89	3,21	1,38	1,08
Conceição do Coité	3,34	17,25	-3,53	4,24	4,94	3,82	2,61
Cruz das Almas	4,63	6,08	3,55	3,57	2,11	2,79	2,33
Euclides da Cunha	7,87	15,15	-5,16	4,56	5,35	3,64	1,12
Eunápolis	-	9,73	3,58	15,71	26,74	2,47	1,67
Gandu	-	-	-	7,05	3,55	1,32	1,20
Guanambi	3,30	9,75	7,08	8,61	5,42	1,96	1,36
Ipiaú	6,25	6,55	3,31	4,14	2,64	0,45	0,63
Irecê	5,69	10,23	10,42	10,53	3,23	2,41	1,63
Itaberaba	7,96	3,79	6,47	5,58	2,70	2,10	0,86
Itapetinga	20,85	8,37	5,59	1,93	2,05	1,25	1,78
Jacobina	5,11	5,53	4,28	3,55	4,24	0,35	0,92
Jaguaquara	2,98	6,84	-0,17	7,36	4,44	2,97	1,02
Jequié	4,52	6,88	4,46	3,15	2,80	1,13	0,73
Paulo Afonso	-	-	6,97	4,94	1,67	1,17	1,24
Porto Seguro	-1,14	3,63	1,83	4,46	11,52	16,24	2,24
Ribeira do Pombal	7,72	12,10	-3,38	5,93	4,16	2,26	1,60
Santo Amaro	2,90	1,35	-1,11	2,96	-0,02	0,94	0,06
Santo Antônio de Jesus	2,97	2,70	3,51	4,84	4,16	2,54	1,81
Seabra	3,04	11,34	-10,47	3,74	7,25	3,37	1,93
Senhor do Bonfim	2,48	3,27	4,33	4,72	2,26	0,36	1,13
Serrinha	9,09	4,53	4,47	4,15	3,37	2,12	1,27
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	12,71	3,26	2,75
Valença	1,78	4,08	1,95	3,71	3,12	2,38	1,39
Xique-Xique	3,98	-0,85	5,16	4,73	2,45	1,89	0,30

Fonte: IBGE (2020)

A situação das cidades sub-regionais encontradas na Bahia apresenta algumas semelhanças. A distância da cidade média que lhe exerce influência parece ter algum tipo de relação com a amplitude da sua centralidade regional, o que é algo lógico, já que

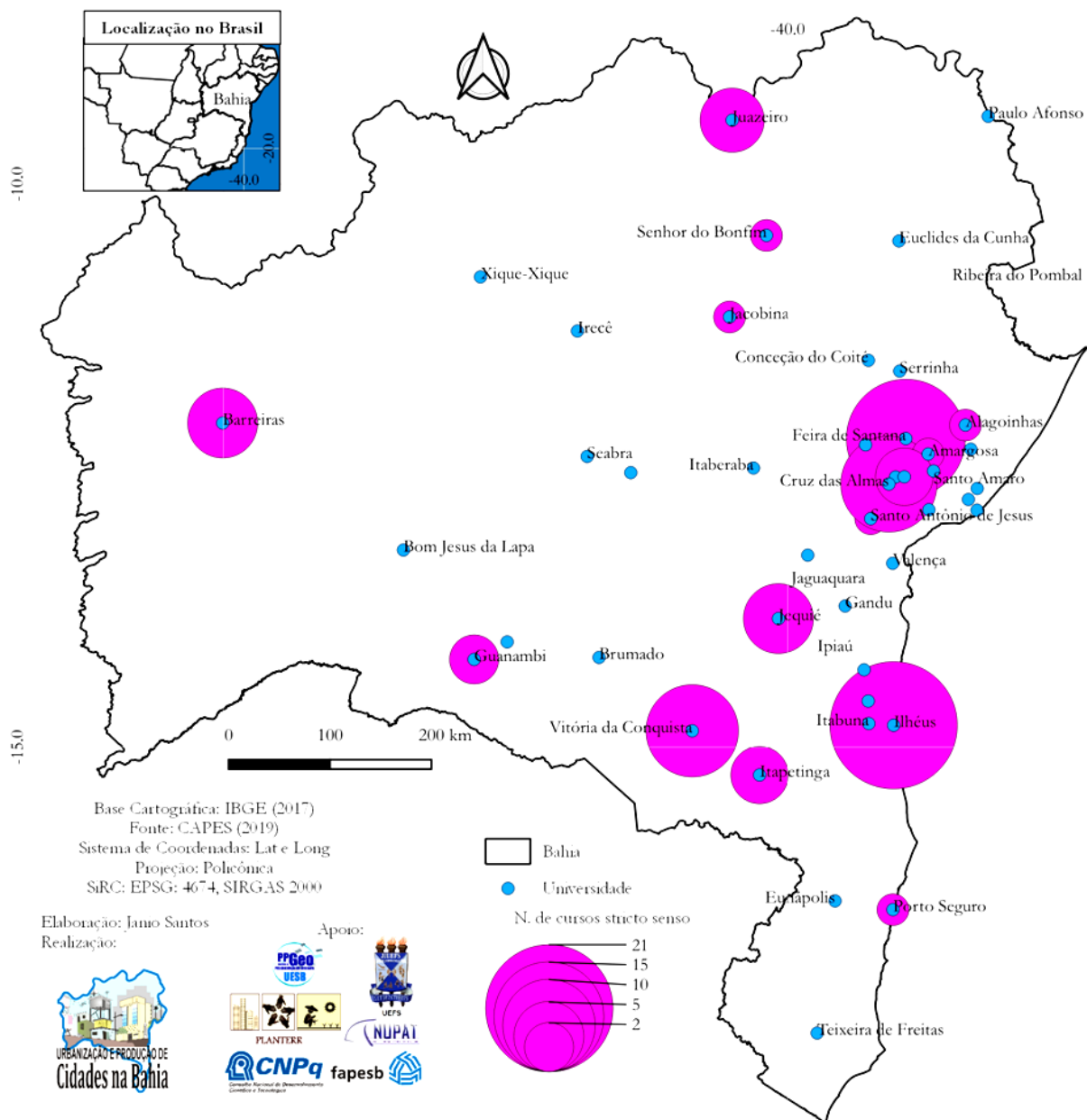
cidades sub-regionais localizadas mais perto de cidades médias tendem a ter menor alcance de atuação. E, ao contrário das médias, a constituição de fortes entroncamentos rodoviários não é tão comum, ainda que esses sejam fundamentais para circulação de capital, pessoas e produtos, até porque fluxos demarcados por contiguidade espacial são bem acentuados nos casos dessas cidades.

O setor terciário é o que demarca a centralidade das cidades sub-regionais, todavia, com um fato é premente. A inserção ou presença de grandes empresas incorre em impactos maiores e mais profundos em suas dinâmicas urbanas. Por exemplo, a chegada da Azaleia em Itapetinga, a construção do polo industrial em Alagoinhas, a construção da Usina Hidroelétrica em Paulo Afonso, etc., alteraram o papel regional que elas exercem; como também a expansão da silvicultura no Extremo Sul da Bahia e da agricultura irrigada tornou expressiva a polarização exercida por Teixeira de Freitas, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa e Brumado. Contudo, que não se iluda, pois, ante a fragilidade econômica e menor oferta de oportunidades, as grandes corporações logram com os fortes e perigosos elos de dependências das cidades sub-regionais, as quais possuem pouco poder de comando sobre seus ditames.

Na maioria dos casos vistos na Bahia, todavia, foi a “interiorização”⁵ do ensino superior, a desconcentração/descentralização de unidades públicas de saúde e a instalação de sedes administrativas estatais e federais que influenciaram a dinâmica das cidades sub-regionais, tais como Serrinha, Jacobina, Irecê, Santo Antônio de Jesus e Guanambi. Ainda que em proporção baixa, nota-se a presença de centros tecnológicos, de pesquisas e ciência e tecnologia, sempre derivados das universidades presentes, e isso cria a circulação de uma classe de letrados e intelectuais. Em muitos casos, inclusive, verificam-se cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em universidades públicas e privadas, em níveis de mestrado e doutorado (ver mapa 4).

⁵ Esse termo frequentemente usado é inadequado, porque nem todas as cidades sub-regionais estão, de fato, no “interior”, isso em acepção correta. Valença e Porto Seguro são casos bem representativos.

Mapa 4- Universidades públicas e presença de cursos de pós-graduação (stricto sensu), fora de Salvador, Bahia, 2019



Fonte: elaborado por Santos (2020) com base nos dados do IBGE (2017) e Capes (20219)

Entretanto, há diferenças proeminentes em comparação às cidades médias. Nas cidades sub-regionais a classe composta por pessoas relativamente mais instruídas quase sempre evidencia absenteísmo de residência. Em geral, algumas situações surgem: elas moram nas cidades médias próximas e deslocam-se temporariamente para as sub-regionais, especialmente quando as distâncias são mais curtas; alugam casas por um

tempo nas cidades sub-regionais, em razão de estudos e/ou oportunidades de trabalho; ou a elas são atraídas, por interregnos curtos de tempo, para realização de alguma atividade laboral ou intelectual. Isso, a exceção de exemplos em que o grupo de letrados é originário da própria cidade ou região, sobretudo, composto por funcionários públicos, empreendedores locais, etc., ou, mais recentemente, jovens originários de outras cidades e que, por aprovação em concursos públicos, foram lotados nas cidades sub-regionais.

Outra diferença importante verificada quando se comparam as cidades médias e sub-regionais relaciona-se aos graus de densidades técnicas, como aquelas que garantem a expansão do capital produtivo ou a inserção em lógicas de massificação do consumo de bens duráveis e não-duráveis. Por exemplo, ainda que não seja regra, são mais intensos os investimentos privados e estatais destinados à implantação de fixos que funcionem como suportes de transmissões de informações em longas distâncias nas cidades sub-regionais mais dinâmicas, em geral, inseridas em regiões que receberam empresas ou corporações industriais, agrícolas ou turísticas, bem como face à construção de grandes empreendimentos imobiliários.

Sobre a capacidade de comando regional, discutido por Santos (2019), as cidades sub-regionais da Bahia são subordinadas às médias. Se lógicas que, atualmente, amalgamam os espaços urbanos são determinadas por interações espaciais mais complexas e, portanto, relações escalares mais amplas sejam realidade incontestes, o que aponta a presença de nexos de verticalidades, contudo o elo entre essas e as cidades médias é marcante. Isso determina a frequência de diversos tipos de fluxos contíguos no contexto regional, que até mesmo podem ultrapassar a área de influência das cidades sub-regionais. Noutro eixo, verificam-se enlaces sólidos entre essas cidades, os núcleos urbanos menores e o campo. Em alguns casos, a cidade sub-regional se edifica, na verdade, como o principal liame entre a cidade média e as áreas mais longínquas que estão sob seu comando, o que produz relações demarcadas por horizontalidades, através das quais lógicas baseadas em contiguidades e descontiguidades espaciais aproximam redes urbanas diferentes.

Por final, cabe perceber que as cidades sub-regionais da Bahia são a primeira trincheira da articulação entre as cidades médias e parte da população que reside no campo, sobretudo a que vive mais distante de centros urbanos importantes. Essa integração com os menores núcleos urbanos, tais como cidades pequenas, vilas e aglomerados urbanos isolados, e com a zona rural é bastante complexa. Como as médias, certas cidades sub-regionais, em especial as que estão inseridas em áreas dinâmicas, vinculadas à presença de unidades fabris, atividades turísticas, entrepostos logísticos, agricultura mecanizadas, etc., passaram a receber altos contingentes de migrantes, sejam permanentes, pendulares ou sazonais. Esse processo tende a incorrer em efeitos profundos na dinâmica rural, dentre os quais destacam-se a redução da população agrícola e o esvaziamento e envelhecimento da população do campo.

Considerações finais

As mudanças na dinâmica da urbanização baiana consolidaram os papéis de novos núcleos na rede urbana, o que ampliou os nexos pelos quais as interações espaciais se realizam e reitera a ideia de que as cidades sub-regionais também assumiram importância e precisam ser consideradas. Com diferenças ora marcantes, ora sutis em relação às cidades médias, as cidades sub-regionais parecem estar mais integradas às pequenas cidades, vilas, aglomerados menores e ao campo, porque desses são mais próximas e com esses compartilham uma miríade de processos.

Ainda assim, tais cidades estão inseridas em outras redes geográficas, fortemente marcadas por relações verticais, e, portanto, também integram-se aos processos que se realizam em escalas mais amplas e que são determinados por agentes externos à sua área de influência, sejam esses regionais, nacionais ou mesmo globais. Como mencionado alhures, trata-se de uma das facetas da globalização, que, por um lado, faz-se onipresente em todos os interstícios do espaço global e, todavia, como é seletivo, se realiza por ausentar inúmeras localidades e, conseqüentemente, pessoas de incontáveis redes geográficas.

À guisa de uma definição, deve-se abordar as cidades sub-regionais por suas *peculiaridades demográficas, características do espaço intraurbano, situação* (inserção na rede urbana e na unidade político-administrativa, e distância em relação a centros de nível hierárquico superior) e *raio máximo de ação* (atração, especialização e disponibilidade de serviços e atividades produtivas). Elas *dependem diretamente de alguma cidade média, possuem maior complementariedade entre si e articulam-se, de modo mais elementar, com outras áreas urbanas maiores*. Por final, diferenciam-se das cidades pequenas, sobretudo, porque *influenciam áreas que estão além de suas imediações e limites municipais*.

Tais cidades, por seu turno, também revelam práticas, embates e lutas entre os diversos sujeitos, agentes e corporações, os quais ditam os conflitos de classes e as desigualdades que são prementes na leitura da rede urbana. Por um lado, apontam que políticas de desconcentração/descentralização, permeadas pelo Estado nas esferas estadual e federal, privilegiam alguns lugares em detrimentos de outros. Nessa órbita, os interesses dos grupos dominantes locais e/ou regionais, constituídos por empresários, latifundiários, agentes imobiliários, proprietários fundiários urbanos, dentre outros, que, não por acaso, personificam muitas vezes as gestões municipais, aliam-se aos grupos hegemônicos nacionais e/ou globais. E, de algum modo, também favorecem às novas formas de expansão da área de atuação do capital e da criação de idiossincrasias no ciclo de sua reprodução.

No contexto atual, para rever a discussão sobre o planejamento e a gestão dos municípios, conseqüentemente, das cidades sub-regionais, parece ser fundamental a luta por maior autonomia dos territórios; e a ideia de autonomia não pode ser reduzida ou confundida com isolamento ou endogenia; até porque estaria em descompasso com as mudanças visíveis e irredutíveis da sociedade contemporânea, que são abordadas por autores como Harvey (2004), Santos (2001), dentre outros. Quando se trata da autonomia do território, neste texto, pensa-se em fortalecer propostas de descentralização e desconcentração, as quais tenham como cariz a sedimentação de bases para que a própria população dessas cidades seja motriz principal e balizadora, ainda que não a única, da

dinâmica econômica, política e social da região.

Por final, ressalta-se que o tema em tela se volta a analisar os papéis que determinadas cidades da Bahia, definidas neste artigo como sub-regionais, exercem na rede urbana e isso não significa que, *a posteriori*, todas as que, neste momento, são “enquadradas” assim permanecerão. Como mencionado, é apenas o primeiro norteador, um ponto de chegada, uma tentativa de sistematizar o pensamento, fundamentado por informações e dados coletados pelo Grupo, para abrir o debate para que outros pesquisadores e pesquisadoras, os quais se dedicam aos estudos de cidades com as mesmas características retratadas, possam trazer ponderações e considerações sobre as ideias expostas. Como os temas rede urbana e as interações escalares são instigantes e complexos, porque partem do pressuposto de que as cidades e as lógicas que definem sua produção são dinâmicas, os resultados de outras investigações podem, como novos “pontos de chegada”, trazer outras possíveis reflexões.

Referências

BESSA, K, C. F. de O. Convergências e divergências da urbanização em áreas de cerrado: a dinâmica urbano-regional de Uberaba e Uberlândia (MG). 2007, 345f. Tese (Doutorado em Geografia)-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CALTHORPE, P.; FULTON, F. *The Regional City: Planning for the End of Sprawl*. Washington/ D.C: Island Press, 2001

CATELAN, M. J. *Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 29, n.4, p.93-116, out./dez.1967

CORREA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C; da. C; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 279-319.

GEDDES, P. *Cities in evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of civics*. London: Benn, 1915

HAESBAERT, R. Região e regionalização num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.) *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2007, p.115-122.

HAESBAERT, R. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, E. (Org.) *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP, FCT, GASPER, 2005, p. 9-33.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2004

IBGE. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, 1966. Rio de Janeiro: IBGE, 1972

IBGE. *Regiões de Influência de Cidades*, 1978. Rio de Janeiro: IBGE/DGC, 1987

IBGE.. *Regiões de Influência de Cidades*, 1993. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Geografia, 2000

IBGE. *Regiões de influência das cidades (REGIC)*, 2007. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>, acesso em: 27 jul. 2019.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*, Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas, acesso em: 27 jul 2019.

IBGE.. *Regiões de influência das cidades (REGIC)*, 2018. IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

IBGE.. *Sidra: Banco de dados (PIB 1949-1917; População 1940-2020; Ocupação 1970-2010)*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2020.

LA BLACHE, P. V. de. Régions françaises. *Revue de Paris*, décembre, p. 821-849, 1910

MILLER, *et al.* The long-term effect of lockouts on alcohol-related emergency department attendances within Ballarat, Australia. *Droug and alcool Review*. Vol. 31, Issue 4, june, 2012, p. 370-376. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1465-3362.2011.00375.x>, acesso em: 27 jul 2019.

MUMFORD, L. *The culture of cities*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1938

PESSOA, C. V. G.; GOMES, H. P. R. Pau dos ferros/RN: uma cidade pequena com características de cidade média. CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, CONDIS, 1, *Anais...*, Campina Grande/PB, Editora Realize, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV064_MD1_SA9_ID1390_24082016203310.pdf, acesso em: 27 jul 2019.

ROMA, C. M. *Segregação sócio-espacial em cidades pequenas*. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, J. *(Re)pensar a rede de cidades na Bahia: urbanização e interações dos/nos espaços interurbanos*. Feira de Santana: UEFS, 2019 (Texto para Promoção na Carreira para Professor Pleno).

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6a ed. São Paulo, Record, 2001

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. In: *Geosul*, Florianópolis: UFSC, ano 3, nº 5, 1988, p. 85-100.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* São Paulo; Edusp, 2004

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001

SCOTT, A. *et al.* Cidades-regiões globais. In: *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 41, 2001, p.11-25

SILVEIRA, M. L. Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina. *Formação* (Presidente Prudente), n.6, 1999, p. 65-74,

SÖDERSTRÖM, P.; SCHULMAN, H.; RISTIMÄKI, M. *Urban form in the Helsinki and Stockholm city regions - Development of pedestrian, public transport and car zones*. Finnish Environment Institute, 2015 Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/handle/10138/155224>, acesso em: 27 jul 2019.

SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente [s.n.], 2001, p.509-643

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia (São Paulo)*, v. 35, p. 51-62, 2010.

TAVARES, S. D. Sobre o prefixo sub. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, 2008. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/sobre-o-prefixo-sub-/23986>, acesso em: 27 jul 2019.

TIAN, Y; JIM, C. Y.; TAO, Y. Challenges and Strategies for Greening the Compact City of Hong Kong. *Journal of Urban Planning and Development*, Volume 138, Issue 2, June 2012. Disponível em: <https://ascelibrary.org/doi/full/10.1061/%28ASCE%29UP.1943-5444.0000076>, acesso em: 27 jul. 2019.